

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 534.245 - RS (2019/0279811-7)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : EVERALDO VIEIRA DE MORAIS (PRESO)
ADVOGADO : JEVERSON VALTER LEONEL BARCELLOS - RS057731
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão que indeferiu liminarmente o *mandamus*, ante a sua manifesta inadmissibilidade.

Reitera o agravante que teria havido indevida quebra da incomunicabilidade das testemunhas, prejudicando a defesa.

Argumenta que o prazo para oposição de embargos de declaração contra o édito repressivo não poderia ser contado sem que o réu fosse intimado da sentença condenatória.

Requer o provimento da insurgência para que as máculas suscitadas na inicial do *writ* sejam reconhecidas.

É o relatório.

Verifica-se que o presente agravo foi interposto no dia **30.9.2019** (e-STJ fl. 228), tendo a decisão impugnada sido publicada em **20.9.2019** (e-STJ fl. 222), o que revela a intempestividade do inconformismo, pois apresentado fora do prazo previsto no artigo 258, *caput*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO FORA DO PRAZO LEGAL. INTEMPESTIVIDADE.

I - "O prazo para interposição de agravo regimental, em processo penal, é de 5 dias, de acordo com os arts. 39 da Lei n. 8.038/1990 e 258 do RISTJ. 2. Mesmo após a entrada em vigor da Lei n. 13.105/2015 (Código de Processo Civil), o prazo para a interposição de agravo regimental continuou sendo regido pelo art. 39 da Lei n. 8.038/1990 [...]" (AgInt no HC n. 380.298/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, DJe de 2/2/2017).

II - No caso dos autos, a decisão monocrática agravada foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico em 19/02/2019 e considerada publicada em 20/02/2019 - Quarta-feira (fl. 469), findando-se o prazo recursal em 25/02/2019 (segunda-feira). O presente recurso, contudo, somente foi interposto em 28/02/2018, sendo, pois, manifesta a sua intempestividade.

Agravo regimental não conhecido.

(AgRg nos EAREsp 1320032/CE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/05/2019, DJe 22/05/2019)

Superior Tribunal de Justiça

No mesmo norte:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERPOSTO APÓS O PRAZO DE CINCO DIAS, PREVISTO NO ART. 39 DA LEI N. 8.038/1990 E NO ART. 258, CAPUT, DO RISTJ. INTEMPESTIVIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. É intempestivo o agravo regimental interposto fora do prazo de 5 (cinco) dias corridos, nos termos dos arts. 39 da Lei n. 8.038/1990, 258, caput, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça e 798, caput e § 3º, do Código de Processo Penal.

2. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça está fixado no sentido de que, "[...] em ações que tratam de matéria penal ou processual penal, não incidem as novas regras do Código de Processo Civil - CPC, referentes à contagem dos prazos em dias úteis (art.

219 da Lei 13.105/2015), ante a existência de norma específica a regular a contagem do prazo (art. 798 do CPP), uma vez que o CPC é aplicado somente de forma suplementar ao processo penal" (AgRg no AREsp n. 981.030/PE, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/2/2017, DJe 22/2/2017).

3. No caso, a decisão recorrida foi publicada em 8/8/2018, e o presente recurso foi interposto em 14/8/2018, quando já havia escoado o prazo para a sua interposição.

4. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no AREsp 1309031/PE, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 29/04/2019)

Quanto ao ponto, é imperioso destacar que os feriados locais não interrompem ou suspendem os prazos para a interposição de recursos perante esta Corte Superior de Justiça.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. AGRAVO INTERNO INTEMPESTIVO. INTERPOSIÇÃO ALÉM DO PRAZO LEGAL. ART. 1.070 DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS INEXISTENTES. INCONFORMISMO. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

I. Embargos de Declaração opostos a acórdão prolatado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, publicado em 04/04/2019.

II. O voto condutor do acórdão embargado apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, não conhecendo do Agravo interno, por considerar que o recurso era intempestivo, pois interposto após 15 dias úteis da publicação da decisão agravada.

III. Sendo o Agravo interno interposto contra decisão prolatada por este Superior Tribunal de Justiça, é irrelevante o fato de ter

Superior Tribunal de Justiça

ocorrido feriado local ou suspensão do expediente forense, no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, durante o transcurso do prazo recursal, devendo ser observado, no caso, o disposto no art. 81, § 2º, do RISTJ. Com efeito, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "feriados locais não suspendem os prazos para interposição de recursos dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça" (STJ, AgInt nos EAREsp 536.042/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe de 14/06/2016), porquanto "o feriado local, mesmo que enseje a suspensão do expediente no Judiciário da origem, não obsta a parte de peticionar em processos que tramitam no STJ" (STJ, AgInt nos EAREsp 819.278/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 13/02/2017).

IV. Inexistindo, no acórdão embargado, omissão, contradição, obscuridade ou erro material, nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, não merecem ser acolhidos os Embargos de Declaração, que, em verdade, revelam o inconformismo da parte embargante com as conclusões do decisum.

V. Embargos de Declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt na Rcl 36.634/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2019, DJe 21/08/2019)

No mesmo vértice:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO APRESENTADO FORA DO PRAZO LEGAL. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE NA ORIGEM. FERIADO ESTADUAL. IRRELEVÂNCIA. RECURSO PERANTE O PRÓPRIO STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A interposição de agravo interno após o prazo legal de quinze dias úteis implica o não conhecimento do recurso, por intempestividade, nos termos do art. 1.021, § 2º, c/c os arts. 219, 1.003, § 5º, e 1.070 do Código de Processo Civil de 2015. 2. A ausência de expediente forense em decorrência de feriado em localidade diversa não enseja a suspensão do prazo para a interposição de recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, máxime considerando-se que o peticionamento é feito exclusivamente por meio eletrônico, nos termos do art. 10 da Resolução STJ/GP n. 10/2015.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no REsp 1542667/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 21/06/2019)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea “a”, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente agravo regimental.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

